

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação da ata da reunião anterior**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Audição do Ministro da Educação – 09h00**

- A requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, para prestar esclarecimentos sobre a forma como foi conduzido o programa de ‘vouchers’ para entrega de manuais escolares gratuitos;
- A requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, para prestar esclarecimentos sobre as carências de assistentes operacionais nas escolas;
- A requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, sobre Educação Especial.
- A requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, sobre a recuperação do tempo de serviço dos professores e educadores

**5. Outros Assuntos**

**6. Data da próxima reunião**

- 23 de outubro – 15h00

---

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação da ata da reunião anterior**

**3. Comunicações do Presidente**

#### 4. Audição do Ministro da Educação – 09h00

##### 4.1. A requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, para prestar esclarecimentos sobre a forma como foi conduzido o programa de ‘vouchers’ para entrega de manuais escolares gratuitos

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão, à Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, e o Senhor Secretário de Estado da Educação, João Costa, informando que se encontravam presentes para audição no âmbito do [requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP](#) para prestar esclarecimentos sobre a forma como foi conduzido o programa de ‘vouchers’ para entrega de manuais escolares gratuitos. Indicou, ainda, a grelha de tempos disponíveis.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) começou por referir que em novembro de 2017, em sede de Orçamento do Estado, foi aprovado o alargamento do programa manuais escolares até ao 6.º ano. Mas só em julho de 2018 foi anunciada a plataforma “Mega”, baseada num sistema digital de vales, que permitiria, segundo o Sr. Ministro, a aquisição de manuais gratuitos, menos burocracia para as escolas e uma maior proteção dos pequenos livreiros. O Grupo Parlamentar do CDS-PP considera que a plataforma falhou, nomeadamente porque a só começou a funcionar a 1 de agosto, tendo sido relatados vários erros da plataforma, havendo, ainda, alunos sem os manuais.

Já no que respeita às escolas, o recurso à plataforma acabou por significar mais trabalho, uma vez que tiveram que desenvolver processos morosos em ordem à faturação dos manuais.

E por fim, quantos aos livreiros, em particular os independentes, depararam-se com uma falha na atempada prestação do financiamento necessário à aquisição dos livros, tendo os pagamentos do Ministério da Educação começado a ser feitos após 4/5 semanas de prestação dos livros.

Ora, este atraso global gerou um pico de fornecimento, o qual tem complicado a vida aos três grupos visados pela medida.

Terminou, questionando se o Senhor Ministro garantia para o próximo ano o correto funcionamento da plataforma, e quais as medidas para simplificar evitando atrasos, burocracia e uma menor logística.

O Senhor Ministro prestou os esclarecimentos que considerou necessários, salientando que o programa em causa era ambicioso, tal como a gratuitidade dos livros a todos os graus do ensino obrigatório.

Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) que se focou na questão da equidade, referindo que ela não é passível de ser assegurada apenas através da medida de gratuitidade dos manuais escolares, sendo necessária a adoção de outras ações, como seja a contratação de assistentes operacionais, para garantir uma melhor escola. Prosseguiu questionando o programa da gratuitidade, nomeadamente os seus custos efetivos e a operacionalização da reutilização dos mesmos.

O Senhor Ministro mencionou que o conceito de equidade com o qual operava era diverso do da Senhora Deputada, e que a medida em questão contribuía quer para a equidade, quer para o cumprimento da obrigação constitucional de garantir o acesso ao ensino superior. A Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação completou a resposta, referindo que defendem um Estado Social de Direito e não um Estado Assistencialista. Afirmou que não correu tudo bem com a plataforma, considerando que não seria possível atendendo à dimensão do programa. Mencionou que a plataforma salvaguarda já algumas das questões suscitadas quanto à reutilização.

A Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) pediu a palavra para sublinhar que o Grupo Parlamentar do PSD não é contra a gratuidade dos manuais escolares.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) mencionou que a presente audição serviu para clarificar, nomeadamente, a visão dos Grupos Parlamentares quanto à escola pública, sendo que para o GPPS sempre a encararam como um motor da igualdade de oportunidades. Salientou, depois, que a gratuidade dos manuais escolares encerra um triplo objetivo: o cumprimento da Constituição da República Portuguesa, a promoção da igualdade e equidade, e o reforço do apoio às famílias. Nessa circunstância, considerou que o Governo cumpriu integralmente aquilo a que se havia proposto no início desta legislatura e que não falhou como referiu o PSD. Salientou ainda, que a atribuição dos manuais escolares e a Plataforma MEGA trouxeram ganhos de simplificação e desburocratização às escolas, que o comércio local foi protegido com o novo sistema de vouchers e que o caminho futuro se fará com a progressiva desmaterialização dos manuais escolares e respetiva atribuição de licenças digitais. Referiu-se ainda à Convenção negociada com o Governo e com a APEL que se traduziu num travão ao aumento dos manuais escolares durante 4 anos. Terminou, questionando, nomeadamente, se existe ou não hoje mais equidade na Escola Pública? Resposta que entende só poder ter resposta positiva.

O Senhor Ministro prestou os esclarecimentos tidos por necessários, tendo o Senhor Secretário de Estado da Educação referido que os manuais escolares eram já distribuídos gratuitamente no âmbito da ação social e eram reutilizados.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) começou por colocar em contraponto uma simples pesquisa Google, concretamente o custo dos manuais vs. como adquirir os manuais gratuitos. Concluiu, depois, que o peso no orçamento familiar tem vindo a diminuir, e que com a proposta de orçamento do Estado, esta medida virá agora a atingir os anos de escolaridade obrigatória, e logo todos os alunos da escola pública do país. Questionou, depois, quais as melhorias que poderiam ser feitas na plataforma e como garantir a questão da reutilização, que se encontra a ser questionada no 1.º ciclo, e aludiu, apelando, a um esforço adicional para a desmaterialização dos manuais escolares.

O Senhor Ministro da Educação prestou os esclarecimentos considerados necessários, tendo a resposta sido complementada com a intervenção da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) salientou o impacto desta medida – que atinge um universo de 1 milhão e 200 mil alunos abrangidos e também a poupança que isto representa para cada uma destas famílias. Evidenciou que os problemas reportados pelas famílias são reais, pois que houve efetivamente atrasos na emissão dos vales. Reportou-se, depois, a questões que se prendem com a reutilização dos manuais, como seja os problemas causados pela aleatoriedade da distribuição destes manuais, referindo que no 1.º ciclo seria preferível a cedência a título definitivo.

Terminou, questionando como simplificar a distribuição dos manuais, como resolver os problemas inerentes ao 1.º ciclo de ensino, e como garantir que um aluno não recebe só manuais reutilizados.

O Senhor Ministro referiu que a gratuidade tem de ser associada, necessariamente, à reutilização, e que a distribuição dos manuais atualmente é aleatória, admitindo a necessidade do pró-rateio, bem como da sensibilização das escolas para esta reutilização.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) salientou que o Grupo Parlamentar do CDS-PP tinha como objetivo discutir o processo de distribuição dos manuais e a forma como decorreu este ano, agradecendo o reconhecimento feito pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, da existência de falhas, pois esse é o primeiro passo necessária à correção.

O Senhor Ministro da Educação prestou os esclarecimentos que considerou necessários, referindo que irão aprender com os erros e que estão interessados em fazer melhor para as escolas, famílias e livreiros.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

#### **4.2. A requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, para prestar esclarecimentos sobre as carências de assistentes operacionais nas escolas**

A audição prosseguiu, com a indicação de que se seguiria, agora, a audição no âmbito [do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD](#) para prestar esclarecimentos sobre as carências de assistentes operacionais nas escolas. Indicou, ainda, a grelha de tempos disponíveis.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) referiu que o motivo que levou o Grupo Parlamentar do PSD a apresentar o presente requerimento é muito sério, versando sobre a falta de assistentes operacionais. Apontou, depois, que, fruto da redução dos horários dos trabalhadores da função pública para as 35 horas semanais, ficaram a faltar cerca de 3 357 assistentes operacionais nas escolas portuguesas. Informou que o Ministro das Finanças afirmou já há 3 anos a existência desta redução, não se verificando, contudo, qualquer reposição. Prosseguiu elencando variadíssimas notícias de jornais que retratam a situação denunciada, evidenciando, assim, que a situação é real e é sofrida todos os dias por pais, alunos e escola. Terminou,

questionando, apenas, quando é que o Senhor Ministro iria reconhecer a existência deste problema e se prevê resolvê-lo com a proposta de orçamento de Estado para 2019.

O Senhor Ministro prestou os esclarecimentos considerados necessários, reportando-se, nomeadamente à aprovação da Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, que toma especial atenção a uma série de questões antes não consideradas pela portaria dos rácios.

A Senhora Deputada Odete João (PS) salientou que o anterior Governo tinha uma política de precarização, assumindo o PS um caminho contrário, ou seja, de “desprecarização”. Elencou, depois, que é o PS que se encontra a desenvolver o PREVPAP, a Portaria dos rácios, a colocação de um maior número de assistentes operacionais e ainda de técnicos especialistas. Afirmou, depois, que é preciso olhar para a demografia e colocar em cima da mesa todas as variáveis, porque a questão dos assistentes operações é uma equação dinâmica. Questionou, por fim, qual o ponto de situação atual.

O Senhor Ministro prestou os necessários esclarecimentos, referindo que a portaria prossegue, agora, uma ideia de adaptação e adequabilidade às várias realidades. Para complemento da resposta, foi dada a palavra à Senhora Secretária de Estado e Adjunta da Educação, que aludiu ao PREVPAP no que respeita aos técnicos especialistas e aos assistentes operacionais.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) apresentou um protesto, em virtude de o Senhor Ministro ter colocado uma questão direta ao seu Grupo Parlamentar, interpelando a mesa para a distribuição ao Senhor Ministros dos recortes de imprensa que retratam a situação por ele exposta.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que é uma hipocrisia vir dizer que o problema dos profissionais é uma coisa nova, e que temos aqui três problemas: a carência de funcionários, provada pelo facto de ser necessário recorrer a tarefeiros para assegurar o cumprimento das necessidades permanentes, referindo, assim, que a portaria de rácios não atende à dimensão das escolas. Como segundo problema referiu a questão da substituição das baixas por doença que, no fundo, se prendem com a sobrecarga do trabalho. Por fim, como terceiro problema apontou a questão da especialização das carreiras. Concluiu, informando que o seu Grupo Parlamentar já apresentou projetos de resolução sobre estas matérias questionando, assim, se pretendiam cumprir ou não.

O Senhor Ministro da Educação prestou os necessários esclarecimentos, salientando que a portaria atende a especificidades, como as que decorrem das escolas agrícolas e abordando a questão de inexistência de um mecanismo de substituição por baixas para o pessoal não docente. A resposta foi ainda complementada com a intervenção da Senhora Secretária de Estado e Adjunta da Educação.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) afirmou que em cada ano letivo deve ser antecipado o número necessário de assistentes operacionais, considerando que não existe da parte deste Governo qualquer programação para prover nas escolas em tempo útil assegurando a sua atempada e efetiva colocação até ao início do ano letivo. Ao mesmo tempo, referiu que o

próprio Conselho de Escolas assegurou que as alterações à portaria dos rácios não foram suficientes. Concluiu, assim, que não é verdade que as escolas estejam dotadas do pessoal necessário ao seu bom funcionamento, sendo certo que o seu Grupo Parlamentar, ainda hoje, recebeu reclamações quanto à não existência de condições mínimas. Terminou, salientando a necessidade de ser também abordado o problema das doenças prolongadas e perguntando quando serão criados mecanismos expeditos para os problemas referidos.

O Senhor Ministro da Educação começou por salientar que valorizam o papel desempenhado pelos assistentes operacionais e todo o trabalho que desenvolvem nas escolas, e reiterando que entendem que a portaria dá resposta às necessidades. A resposta foi, depois, completada com intervenção da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação.

A Senhora Deputada Ângela Moreira (PCP) focou-se na questão do PREVPAP solicitando informações quanto ao seu atual estado, e ainda, quanto à contratação de 200 assistentes operacionais, quais as funções, o tipo de contrato e a carga horária destes. Reportou-se, depois, em concreto, ao caso de Braga devidamente noticiado e do qual resultou evidente que, não obstante a necessidade de contratação de assistentes operacionais a tempo inteiro, foram contratados a tempo parcial, e logo abaixo das necessidades da escola. E insistiu na questão da substituição dos assistentes operacionais, nas situações de baixa prolongada.

O Senhor Ministro prestou os esclarecimentos tidos por necessários, tendo a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação complementado a resposta com a informação respeitante aos concursos de assistentes operacionais e garantindo que estes são tendencialmente para a celebração de contratos a tempo integral.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) evidenciou que basta que seja verificada a insuficiência de assistentes operacionais numa escola para que tal situação seja preocupante para o Ministro. Reportou-se, depois, ao caso concreto do Agrupamento de Escolas de Pombal e qual a solução possível. Afirmou que o Ministro não resolvia esta situação porque se encontrava refém do Ministro das Finanças. Reiterou, ainda, as questões respeitantes aos problemas decorrentes das baixas dos assistentes operacionais, o recurso a tarefeiros para estas situações, o problema da educação inclusiva e como conjugar estas questões com a autonomia das escolas.

O Senhor Ministro prestou os necessários esclarecimentos, mencionando que se encontram a trabalhar no sentido de assegurar o cumprimento da portaria e de criar um mecanismo de resolução das baixas dos assistentes operacionais.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

#### **4.3. A requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, sobre Educação Especial**

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) justificou o requerimento para audição do Senhor Ministro enfatizando a insuficiência dos meios humanos, materiais e pedagógicos no âmbito da educação especial e referindo a não renovação dos contratos dos técnicos especializados. Referiu depois que a implementação do diploma que fixa o novo regime foi feita tardiamente, face ao início do ano letivo, está a ser feita de forma diversa nas várias escolas e constata-se que há alunos que perderam os apoios que tinham em anos anteriores. Nesta sequência, pediu ao Senhor Ministro que indicasse qual a resposta do Governo para os agentes educativos, nomeadamente, os pais, técnicos e docentes.

O Senhor Ministro indicou que se verifica uma mudança de paradigma, consagrando-se uma escola pública como inclusiva, com equidade, orientada para o sucesso de todos, passando-se dum regime de educação especial para educação inclusiva, centrada no acesso ao currículo, na igualdade de oportunidades, na avaliação e certificação de percursos, no reforço na passagem para a vida ativa e no cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos letivos. Enfatizou ainda que está a ser iniciado esse processo de transição para a educação inclusiva.

A Senhora Deputada Manuela Tender (PSD) referiu que a aplicação do novo regime exige alterações, tempo, envolvimento da comunidade educativa, formação e os recursos humanos e financeiros necessários, verificando-se que neste caso as escolas têm os mesmos recursos. Considerou depois que o novo diploma foi publicado tardiamente, o que não permitiu a mudança adequada e defendeu a necessidade de monitorização da aplicação do processo, tendo perguntado se estão previstos os recursos organizacionais necessários e quais são as medidas a implementar pelo Ministério.

O Senhor Secretário de Estado referiu que as questões de educação são mais prementes no caso da educação especial e indicou que o [Decreto-Lei n.º 54/2018](#), que aprova o regime da educação inclusiva, foi publicado em 6 de julho, mas teve um trabalho alargado prévio de discussão, formação e foi publicado um manual de práticas para a sua implementação, tendo havido preparação antes e depois da publicação do diploma. Pronunciando-se sobre os meios afetos, informou que receberam 21 reclamações, as quais estão maioritariamente resolvidas.

A Senhora Deputada Sandra Pontedeira (PS) enfatizou que a publicação do novo regime em julho de 2018 culminou um processo de trabalhos durante 2 anos e foi criado um manual de apoio às práticas, com a participação das escolas. Perguntou depois se há ou não mais meios nas escolas, referiu que está em causa um universo de 80.000 crianças e pediu a concretização da prática do Ministério para resolução dos casos colocados.

O Senhor Secretário de Estado informou que houve um aumento de 3% dos professores de educação especial, havendo mais estabilidade dos mesmos, um acréscimo de 24% das horas de apoio técnico, o reconhecimento dos psicólogos como necessidade permanente, havendo mais profissionais este ano e a atribuição de mais meios financeiros.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) argumentou que os números do Senhor Secretário de Estado não batem certo com as comunicações dos agentes educativos e o novo regime está a deixar sem apoio alunos que o tinham anteriormente. Defendeu depois que o novo diploma exige mais recursos e salientou as referências às dificuldades de implementação do novo regime feitas pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e por David Rodrigues. Salientou

ainda que há alunos com dificuldades de apoio no novo regime e alunos que estão a ter apoio nos termos do anterior.

O Senhor Secretário de Estado defendeu que a alteração do regime exige apropriação pelos agentes educativos, realçou que há escolas que já trabalhavam com práticas idênticas às do novo regime e também por isso não é justo adiar a aplicação do mesmo. Indicou depois que tem havido um acompanhamento a partir da Direção Geral de Educação e da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, com prioridade para estas áreas e referiu que não têm conhecimento de alunos que tinham apoio anteriormente e não o têm agora. Informou ainda que os apoios são para todos e se não houve alteração na sequência da avaliação do aluno, mantêm-se. Esclareceu também que o diploma assenta na diferenciação dos alunos e realçou o papel dos centros de apoio à aprendizagem e a integração das bibliotecas escolares.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) considerou que há uma adesão alargada ao novo diploma, mas há um problema no *timing* de implementação assim como nos recursos afetos, salientando que há mais 7% de alunos sinalizados, mas que os apoios diminuíram, diminuição que o relatório da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência também confirma. Realçou ainda que o diploma de julho remete para legislação desatualizada, o que gera dificuldades e concluiu que a legislação aparentemente moderna, mas as escolas não têm as condições para aplicarem.

O Senhor Secretário de Estado esclareceu que há oscilações anuais em termos de referenciação de alunos e houve um aumento dos mesmos resultante das provas de aferição do 4.º e 6.º ano. Defendeu depois que mais do que o número de professores e técnicos, o que interessa é o n.º de horas de apoio e este aumentou e por outro lado trata-se duma área muito dinâmica e há sempre uma análise casuística dos alunos. Informou ainda que foi feita uma análise do impacto financeiro do diploma e salientou que tem havido menos encaminhamento de alunos para instituições de educação especial.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) enfatizou que da publicação do diploma à sua aplicação vai muita diferença e considerou que o mesmo devia permitir fazer o caminho para as escolas passarem a ser todas de referência.

A terminar, o Senhor Ministro da Educação realçou que o diploma consagra um regime contemporâneo e o Senhor Secretário de Estado defendeu que foi desenvolvido o trabalho de aplicação de proximidade e conjunto com as escolas, realçando ainda que o despacho das matrículas dá preferência aos alunos com necessidades educativas especiais.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

#### **4.4. A requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, sobre a recuperação do tempo de serviço dos professores e educadores**

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) justificou o requerimento para audição do Senhor Ministro referindo que o Governo rompeu unilateralmente as negociações com os sindicatos dos docentes, considerando que foi uma decisão injusta e ilegítima por colocar em causa o que

está estabelecido no Orçamento do Estado para 2018 e que consagra a contagem integral do tempo de serviço dos trabalhadores, professores e outros e informou que vão pedir a apreciação parlamentar do Decreto-Lei anunciado em sede de Conselho de Ministros. Argumentou ainda que os sindicatos manifestaram sempre disponibilidade para dar acolhimento a várias soluções de contagem de tempo. Enfatizou depois o comunicado do Governo que considerava a greve convocada como ilegal e anunciava que os professores que fizessem greve à luz do pré-aviso seriam consideradas injustificadas. Perguntou qual era o objetivo do Governo, designadamente, se pretendia pôr o Estatuto da Carreira Docente em causa.

O Senhor Ministro da Educação defendeu que uma relação de estabilidade com o corpo docente e as escolas é fundamental e que trabalham sempre com as organizações sindicais, tendo considerado essencial a estabilidade da condição docente e a melhoria da eficácia dos recursos da educação. Salientou ainda que o congelamento foi decidido em 2011 e o descongelamento em 2018 e informou que em setembro deste ano já havia mais de 30.000 docentes que tinham tido progressões.

O Senhor Deputado Pedro Alves (PSD) enfatizou que os compromissos do Governo com o PS, o BE, o PCP e o PEV não dão resposta aos docentes.

O Senhor Ministro da Educação referiu que a greve dos docentes não foi regularmente convocada, pelo que as faltas foram injustificadas e defendeu que a solução do Governo leva em conta a aplicação a todos os funcionários públicos e não viola a lei do Orçamento do Estado.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) enunciou várias medidas de política legislativa adotadas pelo Governo, nomeadamente no domínio da educação especial e na atribuição de manuais escolares gratuitos. Defendeu depois que a condição de docente inclui autonomia e visa contribuir para uma melhor educação e que o Governo está a cumprir o Orçamento do Estado.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) mencionou que os docentes estão desiludidos com as negociações com o Ministério da Educação e salientou que não foram respeitados os Projetos de Resolução da Assembleia da República recomendando a contagem integral do tempo de serviço dos docentes. Indicou ainda que os docentes pedem equidade e indicou que as carreiras gerais têm direito a recuperar o tempo para progressão e os docentes não. Perguntou ainda que medidas é que a Plataforma dos Sindicatos propôs e que não foram aceites pelo Ministério.

O Senhor Ministro esclareceu que foi adotado um modo padrão para a contagem do tempo do pessoal das carreiras gerais e foi aplicado o mesmo padrão à carreira docente. Defendeu ainda que sempre desenvolveram negociação.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu e citou as diversas tomadas de posição dos diferentes grupos parlamentares, nomeadamente do PS, BE e PCP. Lembrou que o Orçamento do Estado para 2018 previa a contagem do tempo de serviço e a negociação do modo e prazo para a sua concretização, nada constando no de 2019. Que tendo sido veiculado que aqueles dependiam de fatores de sustentabilidade orçamental e de compatibilização com os recursos disponíveis, solicitou que o senhor Ministro confirmasse ou desmentisse se teriam sido analisados os custos reais e a criação de uma comissão técnica para o efeito, se foram introduzidas outras variáveis na negociação com os sindicatos como as aposentações e quando traria ao parlamento os dados, as contas da Comissão Técnica.

O Senhor Ministro informou que não houve uma comissão técnica, mas uma reunião técnica e realçou que a previsão da contagem do tempo de serviço prevista no Orçamento do Estado para 2018 estava sujeita à disponibilidade orçamental.

A Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) defendeu que o Governo, no âmbito do descongelamento, criou um processo injusto e lembrou que a Assembleia da República, com inclusão do Grupo Parlamentar do PS, aprovou uma Resolução recomendando a contagem do tempo dos docentes. Indicou ainda que não houve negociação com os sindicatos, mas reuniões com os mesmos, tendo havido inflexibilidade do Governo e não dos sindicatos. A terminar, indicou que o Governo defendeu que não tinha dinheiro e perguntou se no caso de o ter aceitava a contagem integral do tempo de serviço dos docentes.

O Senhor Ministro da Educação defendeu que nunca fizeram algo diferente do que disseram nas negociações, esclareceu que fizeram uma negociação e uma reunião suplementar e o descongelamento aconteceu e vai haver a recuperação de parte do tempo e se houvesse mais recursos mais fariam em termos de recuperação de rendimento às famílias, o que vai acontecer com medidas propostas para 2019.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) salientou que não houve uma negociação formal, não havendo atas assinadas e daí resulta a legalidade ou não do processo, face ao orçamento. Reiterou que a Lei do Orçamento do Estado para 2018 estabelece a contagem do tempo de serviço e o prazo e o modo para a sua concretização é que devem ter em conta a disponibilidade orçamental, tendo perguntado se vão abrir uma negociação para esse efeito.

O Senhor Ministro informou que as atas das reuniões estão a ser assinadas e o Governo continuará a fazer a valorização dos profissionais de educação e a trabalhar com todos os agentes educativos.

A audição foi gravada em [vídeo](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

## 5. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

## 6. Data da próxima reunião

- 23 de outubro – 15h00

A reunião foi encerrada às 13:57 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de outubro de 2018

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Alexandre Quintanilha)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Álvaro Batista  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Ana Sofia Bettencourt  
Ilda Araújo Novo  
Ivan Gonçalves  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Pedro Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Sónia Fertuzinhos  
Susana Amador  
Ângela Moreira  
Diana Ferreira  
Duarte Marques  
Elza Pais  
Heloísa Apolónia  
Odete João

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: